



## PODER

Advogada que atuava como representante legal no Brasil, antes da suspensão, retorna à função. Mas, para o acesso ser permitido de novo, plataforma tem de pagar multa de R\$ 5 milhões e comprovar que removeu contas de bolsonaristas

# X comunica ao Supremo que volta a ter preposto

» RAPHAEL PATI  
» RENATO SOUZA

O X (antigo Twitter) renomeou a advogada Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição como representante legal no Brasil. A indicação foi comunicada, também ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), depois de o ministro Alexandre de Moraes exigir, em 24 horas, a comprovação do vínculo com a plataforma. Foram apresentados procurações e documentos comprobatórios da relação. Rachel ocupava a função de representante legal do X antes da suspensão da rede social.

Mas, para que o acesso seja restabelecido, são necessárias duas medidas. A primeira, é que pague a multa de R\$ 5 milhões pela burla à proibição imposta pela Corte. Na quarta-feira, o X voltou a funcionar para alguns usuários brasileiros — a Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), que representa o setor, afirma que a plataforma contornou a ordem judicial por meio do uso de IPs dinâmicos, o que torna mais difícil o rastreamento e bloqueio pelos provedores. Outra medida para que o X seja desbloqueado é que as contas de bolsonaristas que atacam Moraes e o estado democrático de direito sejam removidas.

A petição que indicou a advogada junto à Corte foi protocolada por volta de 20h30, cerca de uma hora antes do fim do prazo estabelecido pelo ministro. A falta de um representante legal em território brasileiro foi o que levou ao bloqueio do X. Moraes justificou que a empresa não pode operar no país sem ter um responsável para responder às demandas judiciais.

Os advogados Sérgio Rosenthal e André Zonaro Giacchetta assumiram a defesa do X no processo que levou ao bloqueio da rede social, mas a representação legal envolve poderes mais amplos. O preposto indicado pela plataforma é quem, efetivamente, responde pela empresa diante da Justiça.

Foram Rosenthal e Giacchetta que comunicaram ao STF a nomeação de Rachel de Oliveira como representante legal. No

documento ao Supremo, argumentam que a indicação da advogada demonstra a intenção de a plataforma de atender às determinações de Moraes.

Isso indica um recuo do aplicativo, que fechou o escritório no Brasil após o bilionário Elon Musk atacar Moraes e pedir o impeachment do ministro, alegando sofrer censura. O X acumulou mais de R\$ 18 milhões em multas por descumprir decisões judiciais. Recursos da plataforma e da Starlink, empresa de internet via satélite que também é controlada pelo magnata, foram confiscados para pagar os valores em aberto.

O bloqueio do X foi decretado por Moraes em 30 de agosto e, posteriormente, confirmado pela Primeira Turma do STF. A rede social não saiu do ar de imediato. A suspensão envolveu uma operação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) junto a provedores de internet.

### Extrema direita

Em São Paulo, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou que o X “supostamente estaria a serviço de grupos de extrema direita”, pois está sendo usado para interferir na política de muitos países. Ele também comparou o embate travado entre a plataforma e o STF ao conflito entre o TikTok e o governo dos Estados Unidos.

“Esse mesmo braço de ferro que os Estados Unidos estão travando com o TikTok, nós, agora, no Supremo Tribunal Federal, e o Alexandre de Moraes atesta, estamos travando com o X, que supostamente estaria a serviço de grupos de extrema direita, interferindo na política interna de muitos países para divulgar essa ideologia extremista”, disse o ministro, em um seminário da Universidade de Santo Amaro (Unisa) sobre inteligência artificial.

Lewandowski afirmou que as plataformas têm órgãos internos para decidir o que fica no ar. Para o ministro, é preciso entender o papel das grandes corporações de tecnologia na política e na conjuntura das nações. (Com Agência Estado)

Fernando Frazão/Agência Brasil



Para Lewandowski, X está à serviço da extrema direita, pois tem sido utilizado para interferir na política e nos assuntos internos de algumas nações

### » Suspensão de visto é “intolerável”

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, chamou, ontem, de “intolerável” a proposta de deputados republicanos trumpistas de impedir a entrada de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Estados Unidos. O principal alvo é Alexandre de Moraes e os magistrados teriam os vistos suspensos ou negados. “As plataformas precisam obedecer às leis do país. Senão, não podem funcionar. A ameaça de cassação de vistos ou de proibição de entrada é absolutamente intolerável”, disse Lewandowski. A proposta começou a ser discutida na Câmara dos Representantes após o embate entre Moraes e o bilionário Elon Musk, dono do X. O magnata é apoiador do candidato à Casa Branca Donald Trump.

## Barroso pede regulação de redes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, defendeu algum grau de regulação estatal das plataformas digitais ao comentar o bloqueio do X (antigo Twitter) no Brasil. O objetivo, segundo ele, é diminuir os “incentivos negativos” das redes sociais.

“Qual é o incentivo negativo? O ódio, a mentira, a violência, a agressividade, trazem muito mais engajamento do que a fala moderada, a fala civilizada, de busca da verdade possível em uma sociedade plural”, avaliou Barroso, em conversa com jornalistas, em Nova York.

Segundo ele, é preciso neutralizar os incentivos negativos por meio da conscientização das plataformas para que tenham termos de autorregulação adequados e educação midiática para a sociedade. “Tem que ter algum grau de regulação estatal, sim. Não pode

pedofilia, não pode terrorismo, não pode vender arma”, defendeu.

### Polarização

Na visão de Barroso, o problema é que a “polarização do mundo e do Brasil chegaram a um tal ponto que as pessoas não conseguem concordar nem sobre aquilo que é senso comum”. Ele também defendeu uma reocupação do espaço pela imprensa tradicional para que as pessoas possam ter acesso a “informação confiável”.

“Não importa se você é liberal, conservador, progressista. Não pode ter pedofilia na rede. Não pode ter convocação para a prática de atos terroristas. Não pode fornecer o nome da esposa e o endereço de uma autoridade e convocar a população para ir lá atacá-la”, afirmou.

Barroso discursou, ontem, no evento *SDGs in Brazil 2024*, na

sede da ONU, em Nova York, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas, organizado pelo Pacto Global-Rede Brasil da ONU.

O presidente do STF salientou que é preciso fazer com que mentir volte a ser errado no Brasil. “As pessoas passaram a criar as suas próprias narrativas. Precisamos fazer com que mentir volte a ser errado de novo”, disse.

Ainda no tema de tecnologia, Barroso defendeu a regulamentação da inteligência artificial (IA). “Vai mudar o mundo, mas precisamos regulá-la para mantermos numa trilha ética”, avaliou.

O Projeto de Lei 2.338/23, que impõe regras para IA no Brasil, será analisado apenas depois do segundo turno das eleições municipais. A afirmação foi feita, ontem, pelo relator do PL, senador Eduardo Gomes (PL-TO), no seminário da Universidade de Santo Amaro (Unisa) sobre inteligência artificial.

Reprodução/Terra



Mesmo sem ter ascendência sobre a polícia, Datena defendeu a brutalidade

## No debate de São Paulo, enfim houve... debate

» EDUARDA ESPOSITO  
» FERNANDA STRICKLAND

No segundo debate pós-candidatura entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo, promovido ontem pelo SBT pelo portal Terra, finalmente o eleitor pôde ter alguma ideia do que os postulantes têm a oferecer caso algum deles vença o pleito de outubro. Houve menos trocas de ofensas e mais apresentação de propostas.

A mudança de postura reflete o resultado da pesquisa do Datafolha, divulgada na quinta-feira. Apesar do triplo empate técnico entre Ricardo Nunes (MDB), Guilherme Boulos (PSol) e Pablo Marçal (PRTB), todos procuraram mostrar uma face mais palatável a quem acompanhava as discussões. Quem mais sentiu o resultado da sondagem foi o influenciador digital: além de ele

ter oscilado para baixo, está com uma rejeição de 47% junto ao eleitor — percentual que praticamente inviabiliza a eventual ida ao segundo turno.

Marçal, aliás, tentou justificar a nova postura que adotava a partir daquele momento. Disse que as provocações que fizera até então serviram para mostrar a pior face de todos os candidatos, inclusive a dele mesmo. E que, a partir dali, se comportaria efetivamente como gestor, pois, segundo ele, apenas quando a campanha entra nas semanas finais antes do pleito é que o eleitor tem interesse pelos debates e, efetivamente, decide o voto. A estratégia, porém, não convenceu a adversária Tabata Amaral, que comparou Marçal ao “jogo do tigrinho” — que induz a pessoa a continuar apostando, apesar

de as chances de ganhar se tornarem cada vez menores.

“Promessas fáceis, que podem até atrair quem está desiludido, mas que ‘lascam’ a maioria da vida das pessoas. Quanta gente que fez os cursos dele, em que promete tudo, que agora o processo? Os processos que responde, os golpes que deu. Por isso é importante a gente conhecer a vida das pessoas”, acusou.

Também chamou a atenção a posição de José Luiz Datena ao tratar de segurança pública. Segundo o candidato do PSDB, ele permitirá que a polícia de São Paulo mate indivíduos em situação de risco de morte para a vítima.

“Tiroteio contra bandido de alta periculosidade em que a vítima corre risco de morte, será autorizado o uso de arma letal, sim, porque entre a vida do bandido,

que não se entrega, e a vida da vítima, seja ela policial ou civil, é que sofre, na realidade, a família do bandido”, frisou. O controle das polícias, porém, não é municipal, mas, sim, estadual.

Exceto por algumas “caneladas” — Marçal continuou insistindo que no debate havia dois agressores de mulheres, Nunes e José Luiz Datena (PSDB) —, os candidatos tiveram espaço para manifestar preocupações sobretudo com os extremos climáticos. Boulos afirmou que a cidade de “parou no tempo” em relação à questão, sobretudo por não ter numa grande frota de ônibus eletrificados. O prefeito rebateu a acusação. “Tenho os recursos e estamos fazendo a substituição. Só não foi feito mais ainda porque a indústria não forneceu. São Paulo está avançando bastante na questão climática”, assegurou.